

Etnografia, políticas da vida e sujeitos do contemporâneo: uma entrevista com Sônia W. Maluf

Marcos Aurélio da Silva¹
Moisés Alessandro de Souza Lopes²



Em seus mais de 30 anos de carreira acadêmica, dedicados à Comunicação e à Antropologia, o trabalho de Sônia Weidner Maluf, professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, onde se aposentou recentemente, se destacou pela diversidade de temas, interessantes questões do contemporâneo que cobriram os campos das Relações de Gênero, da Religião, da Saúde, do Cinema. Essa diversidade, no entanto, sempre teve como fio condutor o olhar sobre os sujeitos, suas representações e produções de subjetividades, em pesquisas marcadas por densas etnografias, trabalhos de campos exaustivos, que deram lugar aos sujeitos e suas narrativas. Experiência que já era anterior à Antropologia, por conta sua formação em Comunicação/Jornalismo, atividade que começou a exercer ainda no período da ditadura militar, e de onde vieram o olhar crítico para o Estado, o diálogo com os movimentos sociais, sua militância feminista e uma incansável disposição de circular e ouvir os

¹ Professor do Instituto de Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre e doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

² Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília.

sujeitos, o que faz dela, como ela mesmo diz uma repórter-etnógrafa, ou uma etnógrafa-repórter.

Na pesquisa de dissertação de mestrado em Antropologia, defendida em 1989, Sônia mergulhou no cotidiano das moradoras e moradores do Canto da Lagoa, comunidade tradicional de Florianópolis, vivendo de forma visceral o que chamamos em Antropologia de observação participante. Vivenciou partos, rezas, benzeções e até a farra do boi, coletando narrativas que, ao remeterem ao universo das bruxas, apontavam para hierarquias de gênero e a poderes invisibilizados pela autoridade pública masculina, mas que estavam lá, no cotidiano das mulheres. Sua dissertação foi uma das primeiras a trabalhar com a antropologia da narrativa no Brasil – linha que se desenvolveu mais nos últimos 30 anos. Em 1993, esse trabalho virou livro, pela editora Rosa dos Tempos, com o título “Encontros Noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição”, inspirando um enredo de escola de samba e também dois filmes, além de ser um título obrigatório para quem estuda narrativas e itinerários terapêuticos.

Na pesquisa para a tese de doutorado, defendida em 1996, dirigiu seu olhar às espiritualidades e culturas terapêuticas da chamada Nova Era. No trabalho de campo, realizado em Porto Alegre, rastreou sujeitos e percorreu os circuitos e os espaços que esses sujeitos circulavam, mostrando tanto um ecletismo na vivência religiosa quanto um pluralismo terapêutico, em que esses sujeitos manipulam as esferas de adoecimento para além dos controles biomédicos. Mais uma vez, as narrativas de vida se tornam uma metodologia privilegiada, capaz de mostrar a construção da subjetividade desses sujeitos frente aos campos institucionalizados da ciência e da religião. A tese “Os filhos de Aquário no país dos terreiros” rendeu um conjunto de artigos fundamentais para a pesquisa antropológica, publicados em revistas brasileiras e internacionais.

Tornou-se no Departamento de Antropologia uma referência nos estudos de Pessoa e Corporalidade, percebendo nesse campo a possibilidade de articular os fundamentos teóricos e conceituais com os debates sociais mais urgentes. Sônia Maluf tem construído, nos últimos anos, uma produção teórica em que o Gênero e o Feminismo não são simples objetos de investigação, mas perspectivas e paradigmas importantes na análise cultural. Por conta disso, sempre enfatizou em seus textos as contribuições do feminismo ao pensamento antropológico com o pós-estruturalismo, o dialogismo e a simetria, antes mesmo da chamada Antropologia Pós-Moderna. É nessa perspectiva de

gênero e feminista que tem construído, em seus projetos mais recentes, uma Antropologia do Estado e das Políticas Públicas, dando especial atenção à **saúde mental** como campo etnográfico, mas ampliando suas discussões para a seara dos direitos, da justiça e do reconhecimento. Mais uma vez, sua etnografia coloca em questão os discursos e práticas dos agentes do Estado, a partir dos usos e contra-usos que os sujeitos em seus cotidianos fazem das políticas públicas.

Como coordenadora do Núcleo de Antropologia do Contemporâneo – TRANSES – tem realizado e orientado pesquisas que têm na Antropologia do Sujeito um fio condutor. Nelas o sujeito se torna uma categoria de análise e um paradigma estratégico para a abordagem do contemporâneo. O que não significa supor um sujeito soberano, puramente individualista, mas pensar em sujeitos atravessados por discursos e práticas socioculturais, principalmente aquelas articuladas pelo Estado e suas instituições. Para Sônia, a antropologia do sujeito é fundamentalmente uma proposta de antropologia política descentrada das grandes instituições e focada no que dizem e fazem os sujeitos concretos. Inspirada em Judith Butler, entende a subjetividade como uma das dimensões centrais das relações de poder, trazendo como resultado de suas pesquisas as diferentes lógicas de adoecimento: a biomédica, baseada principalmente na biologia; e a dos sujeitos em seus cotidianos, marcados por violências, exclusões, lutas por direitos e as experiências sociais no bairro, na cidade e no trabalho. Nesse contexto, tem publicado artigos e organizado coletâneas – a maioria pode ser acessada na internet – em que investiga a hipermedicalização das mulheres, a medicamentação da vida e um campo biomédico-farmacológico que desloca cada vez mais os limites entre o normal e o patológico, atingindo em cheio as políticas sociais e de reconhecimento.

Na sua experiência militante e acadêmica, como foi possível articular um pensamento sobre o sujeito contemporâneo, ao mesmo tempo múltiplo, diverso, em devir, com ideias mais duras ou menos flexíveis sobre identidade, tendo em vista a necessidade de categorias mais fechadas nos embates políticos e também nas políticas públicas? E qual a especificidade desses processos nos campos de gênero e sexualidade?

Sônia W. Maluf: De certo modo já no meu doutorado, quando pesquisei as práticas terapêuticas e espirituais alternativas no sul do Brasil nos anos 1990, me deparei com

algumas questões metodológicas e de recorte da pesquisa. Percebi na pesquisa de campo que não bastava estabelecer fronteiras entre práticas e técnicas terapêuticas específicas ou formas rituais ou religiosas particulares. Porque os indivíduos circulavam entre elas e suas práticas eram bastante ecléticas. Resolvi então seguir os sujeitos, ou seja, acompanhar itinerários, tanto através de conversas em que me narravam sobre suas experiências, mas também acompanhado e observando algumas situações. Minhas conclusões naquele momento foram um pouco em um sentido diferente ao que alguns autores brasileiros colocavam sobre mercantilização do espiritual ou perda da tradição espiritual. Observei que, nesse ecletismo e diversidade de práticas, era possível de se apreender alguns sentidos e valores comuns, que foi o que denominei de sínteses cosmológicas singulares.

Outro caminho que me leva à necessidade de pensar melhor a questão do “sujeito” na antropologia, para além das questões metodológicas de nossa relação em campo com nossos sujeitos de pesquisa e das questões éticas, mas também no sentido de problematizar o conceito e sua potencialidade para a pesquisa etnográfica, foram minhas pesquisas no campo dos estudos de gênero e da teoria feminista. Pensando o conceito de gênero não apenas como descritivo, mas também como prescritivo (tal como Judith Butler formula para o conceito de identidade) me detive em buscar entender as agências, resistências ou formas de reinvenção de si no interior das práticas e discursos sociais.

As antropólogas feministas desde os anos 1970 têm mostrado a necessidade de introduzir a variável gênero os estudos etnográficos – não apenas como um conceito “útil”, como bem colocou Joan Scott, mas ao meu ver como um conceito fundamental. E é interessante de ver como são justamente algumas antropólogas feministas de primeira geração que irão trazer a importância de se abordar o sujeito, como Sherry Ortner e Henrietta Moore, para dar dois exemplos.

Uma das questões fundamentais que as pesquisas feministas trouxeram para a antropologia foi a de pensar a diferença no interior do que previamente se tomava como culturas ou sociedades homogêneas.

Nas pesquisas que você tem coordenado e orientado, fala-se muito num viés de gênero nas políticas públicas de saúde. Em relação à Saúde Mental esse viés é mais forte, como já o era no século XIX com as “histéricas”? É possível que as

sexualidades não heterocentradas sejam também um foco maior dessas políticas, ainda que não forma explícita?

Sônia W. Maluf: Escrevi bastante sobre essa questão dos atravessamentos de gênero nas políticas de saúde mental no Brasil, não apenas analisando documentos, resoluções, protocolos, mas também em pesquisas envolvendo práticas em serviços e instituições de atenção pública à saúde e à saúde mental. Fica muito evidente esse viés de gênero, tanto nas definições oficiais do que seriam as especificidades do sofrimento e vulnerabilidades psicológicas ou psicossociais das mulheres quanto nas práticas lá na ponta final da política pública, que é o atendimento. O argumento de uma especificidade feminina do sofrimento psicossocial é fundamentado no conceito de “ciclo de vida”, que nos documentos é praticamente sinônimo de nossa “carreira reprodutiva”. Os momentos de maior vulnerabilidade seriam a puberdade, a gravidez, o parto e pós-parto, a menopausa. É possível, sim, fazer uma relação com outros momentos históricos em que um discurso naturalista ou fisicalista, fundamentado em questões humorais, anatômicas ou hormonais, conforme o momento, para não só estabelecer as fronteiras entre o normal e o patológico, mas também como dispositivos centrais nos regimes de normalização de gênero.

A pesquisa de campo em diferentes situações, bairros e serviços mostrou que havia naquele momento um processo de hipermedicalização das mulheres com psicotrópicos em detrimento de tratamentos menos invasivos e de acompanhamento terapêutico. Ao mesmo tempo reconhecemos vários esforços e iniciativas localizadas, em serviços de atenção básica por exemplo, no sentido de propiciar outros modos de apoio e atenção, como grupos terapêuticos de mulheres, práticas corporais. Do ponto de vista dos profissionais que atuam, uma das questões que apareceram foi a demanda por medicamentos por parte das próprias usuárias dos serviços. O que indica que existe ainda uma compreensão generalizada de que atenção à saúde está diretamente ligada à medicamentação.

Uma das questões que discuto, a partir do material levantado nas pesquisas de campo, é o quanto questões sociais, que envolvem questões de violência, doméstica ou não, assédio moral no trabalho, dupla ou tripla jornadas de trabalho, superexploração (questões que apareceram nas falas das mulheres que foram interlocutoras das pesquisas), ficam de lado nessas políticas e no atendimento nos serviços públicos. Isso coloca uma questão importante para as pesquisas em antropologia da saúde que é de, juntamente com

abordar e confrontar práticas e compreensões locais confrontando-as com as práticas e compreensões da biomedicina e das políticas públicas, se levar em consideração os fatores sociais ligados ao surgimento de determinadas doenças e, no caso da saúde mental, ligados ao sofrimento psicossocial (ou às perturbações físico-morais), incluindo nesse caso o suicídio.

Em relação a questões de sexualidade, alguns dados epidemiológicos internacionais por exemplo têm mostrado que o risco de suicídio de gays, lésbicas e bissexuais chega a aumentar em seis vezes em relação às pessoas heterossexuais. E que essa relação pode aumentar ou diminuir conforme um ambiente mais ou menos homofóbico.

Assistimos nas últimas décadas reconfigurações constantes nesse campo da saúde mental que vão desde a popularização da psicanálise (nos anos 70 e 80) e da psiquiatria (de viés mais biologicista, desde os anos 90), até a facilidade de acesso a medicamentos e uma explosão dessa indústria. O que isso implica nas demarcações entre o “normal” e o “patológico”?

Sônia W. Maluf: Em seu trabalho seminal, “O normal e o Patológico”, Georges Canguilhem descreve a passagem no século XIX de uma compreensão qualitativa da diferença entre o normal e o patológico, percebidos como diferentes na essência, para uma compreensão de uma diferença de grau, quantitativa, e não mais de essência. Essa diferença de grau (e não mais de essência) nos ajudaria a compreender uma certa dinâmica entre o normal e o patológico no campo da saúde mental, em que fenômenos e experiências consideradas em um momento anterior “normais” passam a ser consideradas patológicas, e vice-versa, como questões que estavam no rol das patologias em um momento seguinte deixam de estar.

Ao mesmo tempo, Michel Foucault, que foi orientando de Canguilhem, traz uma questão fundamental que é o quanto as chamadas doenças de ordem psi (num sentido realmente amplo aqui) podem ser equiparáveis às demais doenças de ordem fisiológica ou orgânicas. Para Foucault, é fundamental pensar a historicidade do “fato psicológico” e de sua interpretação. Aqui ele vai além de Georges Canguilhem, e uma das perguntas dele é o quanto a interpretação da doença, ou do que passa a ser interpretado como anormal ou

patológico, produz essa experiência na pessoa. Foucault se refere por exemplo às históricas e a quanto parte do fenômeno não foi produzido pelo próprio discurso e práticas biomédicas. Aqui estou dialogando com a interessante reflexão que o Peter Pál Pelbart faz em seu livro *Da clausura ao fora da clausura: loucura e desrazão*.

Mas não existe dúvida de que o campo das patologias mentais ou do que a biomedicina e a psiquiatria consideram doenças, transtornos mentais cresceu mais do que encolheu nas últimas décadas. Isso traz consequências na produção das subjetividades contemporâneas, a partir da ampliação dos diferentes modos com que o diagnóstico se produz como modo de interpelação e produção dessas subjetividades.

Partindo destas discussões apontadas anteriormente por você, de que modo abordar, os problemas metodológicos nas pesquisas com saúde, gênero, sexualidades e políticas públicas nas sociedades urbanas contemporâneas?

Sônia W. Maluf: Isso depende muito da situação específica que estamos pesquisando. Eu particularmente tenho investido muito em pesquisas no que tenho denominado de zona de confluência entre práticas locais e práticas da biomedicina e do Estado. Buscando pensar os modos como técnicas, procedimentos, substâncias, discursos, conceitos, palavras, entendimentos circulam e se interpenetram. O conceito de agenciamento tem se mostrado potente para compreender como práticas e discursos locais são atravessados por linhas de força eventualmente contraditórias. Aqui Bakhtin, de um lado, e Guattari e Deleuze, de outro, me parecem leituras potentes para pensar a produção das práticas populares, locais, de populações específicas e seus modos de agência e mesmo resistência.

Dentre as muitas teses, dissertações e TCCs que você orientou, muitos se encaixariam dentro desse campo que podemos chamar de “estudos LGBTs” ou mesmo “estudos queer”. Que encaminhamentos você costuma sugerir aos interessados em pesquisar os processos de subjetivação ligados a esses sujeitos na relação com as políticas públicas de saúde, mais especificamente à saúde mental? Qual a contribuição das ciências humanas nessa discussão, principalmente numa conjuntura de instabilidade de direitos?

Sônia W. Maluf: Sim, grande parte dos trabalhos que orientei estão ligados à temática e aos estudos LGBT e queer, que ao meu ver são campos bastante articulados com os estudos de gênero e feministas. Esses são campos que têm uma produção tanto etnográfica quanto teórica e conceitual enorme nas últimas décadas, em várias disciplinas e áreas do conhecimento. Muitas vezes percebo em minhas e meus orientandos/as/es um pendor pela discussão teórica e conceitual, deixando muitas vezes o material de campo e etnográfico, o objeto de pesquisa, um pouco no fundo, invertendo talvez a relação entre figura e fundo. Acho isso extremamente compreensível em um campo que está emergindo como área de conhecimento, com uma pulsão forte por produzir suas fronteiras, demarcar objetos, conceitos metodologias. O risco é de que a discussão puramente teórica e conceitual acabe se autonomizando e traíndo a própria trajetória desses estudos, que estão no campo mais amplo das teorias sociais críticas e cuja fonte, fundamento, são os movimentos sociais, culturais, as experiências vividas de sujeitos marginalizados, excluídos, que não se reconhecem nos regimes de subjetivação e de poder centrais. Vamos dar um exemplo, o do conceito e teorias do sujeito. O modo como os estudos de gênero e as teorias feminista e queer trabalham hoje com esse conceito está diretamente ligado às suas rasuras históricas, provocadas pela crítica e pela política feminista, pós e decolonial, etc., estas profundamente ligadas aos movimentos emancipatórios, incluindo suas contradições internas, durante o século XX e agora no XXI (assim como das leituras contemporâneas sobre movimentos ainda anteriores). Ser coerente com esses fundamentos é dar uma atenção especial aos modos concretos de existência, de expressão, às práticas sociais. A tudo aquilo que a etnografia tem trazido como central no trabalho antropológico, e daí também a potência da perspectiva etnográfica nesses estudos.

Nesta conjuntura, pós-golpe de 2016, em que temos um governo de extrema direita no país cujo projeto é realmente desmontar, uma a uma, as conquistas precárias que tivemos a partir da constituição do 1988 e dos governos democráticos e populares da última década e meia, a pesquisa etnográfica é fundamental. São essas pesquisas qualitativas, de média e longa duração, feitas na observação e presença cotidiana junto aos sujeitos, bairros, comunidades, que será possível compreender não apenas os efeitos de uma política justamente denominada de política da morte, mas também os modos de resistência, as micropolíticas da vida.

Gostaríamos que abordasse um pouco sobre a criação e história de pesquisas desenvolvidas pelo/no Transes. Qual tem sido a contribuição deste grupo de pesquisas para se pensar a discussão sobre as temáticas da pessoa, saúde mental, gênero e sexualidades para a área de humanidades?

Sônia W. Maluf: O Núcleo de Antropologia do Contemporâneo (Transes) surgiu como Núcleo de Antropologia da Religião, reunindo as professoras e professores da pós em Antropologia da UFSC que trabalhavam com esse tema (a professora Maria Amélia Dickie, hoje aposentada, e o professor Alberto Groisman). Com a diversificação de nossos interesses, acabamos ampliando a temática do núcleo para antropologia do contemporâneo. Minhas pesquisas e orientações acabaram acontecendo dentro de alguns projetos que a gente chama guarda-chuvas, porque são verdadeiros programas de pesquisa que articulam diferentes projetos em torno de alguns recortes temáticos e conceituais. No caso, meus sucessivos projetos de Produtividade em Pesquisa no CNPq, em torno de uma antropologia do sujeito, e alguns projetos mais específicos voltados à antropologia e saúde mental, que desenvolvo desde 2006, com ênfase em gênero e saúde mental, e desdobrados mais recentemente a questões de biopolíticas contemporâneas e políticas da vida.

Como falei, a perspectiva de trabalhar na zona de confluência entre sujeitos e Estado possibilita a produção de material etnográfico e reflexões que têm efeitos sobre políticas públicas e sobre os modos de compreender a realidade social do país de modo geral.

E, como estas pesquisas desenvolvidas pelo Transes se articulam com o IBP? Fale um pouco sobre o “Brasil Plural” no que tange a esta frente de pesquisas sobre saúde de um modo geral e saúde mental de um modo específico.

Sônia W. Maluf: O Transes e os projetos a ele ligados se articulam em rede com outros projetos e redes de pesquisa que integram o INCT Brasil Plural (IBP). O IBP é um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, que funciona desde 2009, e agora está em sua segunda etapa, iniciada com a segunda chamada dos INCTs de 2014. O objetivo do IBP é produzir pesquisa antropológica avançada, que tenha impactos sociais que vão da instrumentalização e empoderamento das comunidades e populações pesquisadas à

contribuição para elaboração e avaliação de políticas públicas em diversas áreas, como saúde, políticas para as mulheres e direitos LGBT, questões de territorialidade indígena e quilombola, migrações, educação indígena, formas de expressividade, arte e performance populares, entre outros temas. Além disso dialogamos com o campo científico e tecnológico do país e do exterior (incluindo as chamadas *hard sciences* e outros campos do saber, como as biomedicinas, etc.) no sentido de levar uma compreensão da importância da pesquisa em humanas e antropológica, em particular, mostrando as dimensões de inovação e impacto do conhecimento produzido no âmbito do IBP.

Em um momento em que as ciências humanas e as sociais, em particular, estão sendo muito atacadas pelos próprios governantes e pelo ministro da educação, é fundamental evidenciar a importância e o impacto social de nossas pesquisas.

Então, finalizando discorra um pouco sobre suas produções mais recentes? Como surge o conceito de biolegitimidade nas suas pesquisas e como ele pode contribuir nas relações entre as políticas de saúde e as produções de subjetividade no contemporâneo?

Sônia W. Maluf: Biolegitimidade foi um conceito útil para que eu pudesse pensar os processos de medicalização das demandas sociais e do próprio modo como as políticas de representação e de identidade, de respeito e direitos, vinham se produzindo no país. Observamos dinâmicas muito próximas ao que Didier Fassin descreveu como processos de deslocamentos do político para o campo da defesa da vida em si, dos direitos sociais para o direito à vida, dos direitos do sujeito social para os direitos do vivente, principalmente no campo da saúde. Assim, em uma realidade de sofrimento e impotência das mulheres, produzida pela violência, superexploração no trabalho, ausência do Estado ou presença mortífera do Estado, este passa a se fazer presente como Estado cuidador a partir do momento em que se dirige a elas como portadoras de uma patologia ou transtorno mental ou psicossocial. Outro exemplo, muito evidente, é o das pessoas *trans*, cujos direitos só são reconhecidos pelo Estado no caso de admitirem e serem diagnosticadas como portadoras de um transtorno de identidade de gênero. Agora essa designação mudou para incongruência de gênero. No entanto, a própria OMS admite que ela permanece para que direitos não sejam cortados.

Mas esse é apenas um dos conceitos com que tenho trabalhado e no caso brasileiro atual é preciso verificar o quanto ele ainda funciona para compreender algumas situações. Um tema que tenho trabalhado bem mais recentemente são as profundas transformações que a política nacional de saúde mental e todo o processo da Reforma Psiquiátrica brasileira têm sofrido, principalmente com a mudança na política nacional de drogas, que elimina do escopo do Estado as políticas de redução de danos e recoloca a abstinência e a internação como foco da política. Questões de raça e classe atravessam essas mudanças e várias especialistas já tem apontado que essas mudanças representam uma criminalização dos jovens negros e pobres das periferias. Nesse caso, estamos falando então de um outro deslocamento, agora não mais do moral para o patológico (no caso do uso de drogas, adições etc.) mas do patológico para o criminal. Da doença para o crime. As implicações e desdobramentos disso, tanto para a discussão das políticas sociais quanto para a interpretação científica e antropológica (incluindo metodologias e conceitos que vamos utilizar para abordar essa nova realidade) são enormes.

Recebida em: 10/09/2019

Aprovada em: 15/09/2019